

I - Introdução:

Sraffa é um autor que se aproxima da economia política por meio da disciplina contida no seu curriculum de formação inicial em direito e sob a égide de Luigi Einaudi³, professor especialista em ciências das finanças e político liberal, que acabou por orientar sua tese de doutorado (cujo título era *A inflação monetária na Itália durante e depois da guerra*). Foi este seu interesse pelos problemas monetários e financeiros que o despertou para a economia política inglesa e o levou à viagem de estudos à Inglaterra onde conheceu Keynes por intermédio de um amigo de seu pai, o Professor Gaetano Salvemini. Ao mesmo tempo, Sraffa a quando retornou de suas obrigações militares em 1918, após atuar na frente de batalha da Primeira Guerra Mundial⁴, queria ser útil para o movimento revolucionário. Seu professor de escola secundária Umberto Cosmo ajudou-o a direcionar este sentimento apresentando-o a Antonio Gramsci – naquele tempo, seu estudante na Universidade de Turim. A relação entre Sraffa e Gramsci trouxe outra influência importante para a formação intelectual de Sraffa no campo da economia política, a literatura marxista, em especial os volumes de *O Capital* dedicados ao estudo da história do pensamento econômico, conhecidos como *As teorias da Mais-valia*.

O objetivo deste artigo é se debruçar sobre a influência que a literatura marxista teve no desenvolvimento do pensamento de Sraffa expresso no livro *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias*. Por isso, concentra-se no argumento acerca da formulação da mercadoria-padrão enquanto medida de valor e retoma o debate sobre o problema da transformação do sistema de valores em Marx para o sistema de preços de produção no mesmo autor.

Não se pretende neste artigo indicar acertos, erros ou melhores versões das soluções apresentadas no debate sobre o problema da transformação. Objetiva-se por outro lado revelar os movimentos do pensamento sraffiano que bebem na matriz marxista para o desenvolvimento de sua formulação de crítica à teoria econômica, como afirma o subtítulo de seu livro, “um prelúdio à crítica da teoria econômica”.

¹Estudante de mestrado da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Professora Associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³Luigi Einaudi foi um importante antifascista de corte liberal e acabou por ser o segundo Presidente da República Italiana em 1948. Na condição de ex-presidente da República, tornou-se senador vitalício.

⁴Potier, seu mais referido biógrafo, conta que Sraffa “encontrou-se em situações de ter que explodir pontes para conter o avanço das tropas austríacas” (Potier, 1987, p.5).

II - A crítica de Marx sobre a teoria dos preços de Ricardo na visão de sraffiana.

Marx aponta uma ampla crítica à visão da econômica política clássica que tem dimensões tão significativas que sua obra de maior fôlego, *O capital*, tem como subtítulo *crítica da economia política*. Desde 1844, quando inicia sua pesquisa crítica aos textos da economia política clássica, produz uma pesquisa gigantesca sobre o tema que dá origem, a uma formulação de história do pensamento crítica encontrada em *Teorias da Mais-Valia*, o livro IV de *O Capital*, e a uma construção de interpretação sobre o funcionamento do capitalismo alternativa e crítica àqueles autores. Ao mesmo tempo, como um pensador que utiliza do método dialético enfrenta a crítica como um processo de incorporação, negação e superação dos conteúdos e formas anteriores.

Marx reconhece, neste contexto, uma contribuição importante dos clássicos no que diz respeito a análise no campo das aparências, ou dos epifenômenos que caracterizam o capitalismo. Entre os epifenômenos, reconhecidamente fundamentais para a compreensão da totalidade capitalista está a teoria dos preços. A teoria de determinação dos preços na economia política clássica nasce com a formulação de Smith e desde então já mostra uma conexão com a necessidade de compreensão do seu fenômeno subjacente que é a determinação do sistema de valores. O desenvolvimento do pensamento sobre preços percorre os autores clássicos sempre trazendo a questão dos valores associada, no entanto possui uma autonomia relativa na análise, possuindo problemas próprios.

Desde David Ricardo a determinação da taxa de lucro de forma independente da distribuição é uma questão fundamental para permitir a determinação dos preços das mercadorias. Nas palavras de Garegnani:

“...as duas magnitudes [o produto social e o consumo necessário] são dadas quando expressas em agregados físicos; serão dadas também quando expressas em magnitudes de valor? Se não for este o caso e se as magnitudes de valor forem dependentes da taxa de lucros, a determinação dos lucros como um excedente, (...), fica ameaçada por um raciocínio circular.”
(GAREGNANI, 1980, p.10)

A partir da necessidade de uma teoria do valor para determinar a taxa de lucro, uma medida do valor que fosse capaz de livrar a teoria econômica dessa circularidade se fazia necessária. Logo, a determinação da taxa de lucros, e sua respectiva relação com a formação do preço é, desta forma, a questão central.

Ricardo faz, então, um exercício de determinação dos preços independente dos valores, utilizando uma mercadoria única para medir os agregados em termos físicos. Neste processo

consegue dar conta de explicar os preços de forma independente de variações na distribuição. É no “modelo do trigo” que o autor consegue determinar, sem a influência da distribuição, a taxa de lucro e com ela os preços relativos. Isto é feito porque Ricardo considerou que todo capital é composto exclusivamente de salários adiantados aos trabalhadores, e ao mesmo tempo, tomou a hipótese de que na terra de pior qualidade não se paga renda. Desta forma, o economista inglês manteve a homogeneidade entre o insumo e o produto produzido, sendo ambos medidos em trigo. Ao determinar a taxa de lucro como uma relação entre o excedente físico e o capital composto de salários pagos em trigo, Ricardo consegue determinar o preço natural multiplicando a taxa de lucro determinada na terra que não paga renda por uma relação entre excedente e capital empregado, pelo coeficiente de trabalho multiplicado pelo salário. No entanto, o economista inglês só consegue definir o preço natural mantendo uma condição bem restritiva: homogeneidade física entre insumo, produto e os salários reais.

Em Ricardo está suposto que o valor dos salários é dado pelas condições de subsistência social e é igual ao valor do consumo necessário. Logo, o excedente consiste na massa de lucro e na renda da terra, mas na terra que não paga renda, o excedente é composto exclusivamente de lucro. No entanto, a hipótese de que o capital é composto exclusivamente de salários adiantados aos trabalhadores não permite a Ricardo perceber a implicação sobre a determinação do preço das mercadorias produzidas com composições técnicas (relação meios de produção/força de trabalho) de variadas, pois acaba uniformizando as composições técnicas da produção das mercadorias.

Marx avança em relação a Ricardo ao destacar que os meios de produção também são mercadorias produzidas, ainda que em outro ciclo produtivo, possuindo valor e preço, além de serem componentes essenciais do processo de trabalho e do processo de valorização. Assim sendo, Marx evidencia que a ausência em Ricardo da percepção do quanto a variação de composição técnica, quando medida em tempo de trabalho ou em valor (composição orgânica), poderia influenciar a determinação dos preços. Garegnani destaca que é o conceito de capital constante o mais importante para o entendimento dessa questão (ainda que haja muitos outros em tantos outros temas):

“...um avanço básico de Marx sobre Ricardo é a teoria dos preços de produção, isto é, sua tentativa de solucionar o problema de mensuração dos agregados (...) sob condições mais gerais do que aquelas sob as quais as mercadorias se trocariam de acordo com as quantidades de trabalho incorporado. Voltamo-nos agora para esta tentativa de solução, partindo de um segundo avanço de Marx com respeito a Ricardo: seu conceito de ‘capital constante’” (GAREGNANI, 1980, p.13).

A concepção de capital constante de Marx permite o entendimento de que os processos produtivos, devido as diferenças nas composições técnicas medidas em tempo de trabalho ou em valor, ou seja, nas composições orgânicas, determinam a produção de quantidades diferentes de mais-valia. Deste modo, para chegar aos preços de produção, Marx calcula a taxa média de lucro do sistema com base massa total de mais-valia e no capital total (capital contante somado ao capital variável) empregado na economia como um todo. Os preços de produção de cada mercadoria são, então, determinados pela soma de capital constante, capital variável e multiplicados pela taxa de lucro média. Isso significa que para Marx é a redistribuição do total de mais valia produzida, com base nas diferentes composições orgânicas, que determina a taxa de lucro média, contida nos preços de produção.

III - A questão de Marx herdada por Sraffa

“ A diferença real de grandeza entre lucro e mais-valia Com a transformação dos valores em preços (...) nas esferas particulares da produção oculta inteiramente a verdadeira natureza e a origem do lucro não apenas ao capitalista que nisto tem interesse especial em enganar-se, mas também ao trabalhador.” (Marx, 1867, Livro III, p.130)

Como vimos, para Marx a redistribuição da mais-valia global é orientada pelas diferentes composições orgânicas presentes na produção de diferentes mercadorias. Logo, o avanço de Marx está imbricado com a relação entre a distribuição do capital constante e variável e a determinação do preço. Neste sentido, a importância do movimento feito por Marx na teoria dos preços tem também implicações importantes do ponto de vista de que no sistema de preços de produção as mercadorias não se trocam mais pelos seus valores. Sua afirmação é que existe uma relação entre os sistema de valores e o sistema de preços de produção no qual o primeiro se comporta como centro de referência para o segundo, na medida em que é a sua essência, ou seja, o sistema de valores é o fenômeno do qual o sistema de preços é o epifenômeno. Garegnani explica o que provoca esta redistribuição:

“É, portanto, a tendência competitiva por uma taxa de lucros uniforme que impede que as mercadorias se troquem na proporção do trabalho incorporado (...). Mas então, acrescenta Marx, a divergência entre preços relativos e quantidades de trabalho incorporado, implica meramente numa redistribuição de mais valia da produção de cereal para a produção de

aço⁵, até atingir uma proporção uniforme para o capital total empregado” (GAREGNANI, 1980, p. 15).

No entanto, este novo ponto de vista teórico empreendido por Marx conduz a uma problemática relativa à determinação do preço das mercadorias que entrariam na produção de outras mercadorias, ou seja, no preço das mercadorias que compõem o capital constante. Haveria a necessidade de Marx acrescentar os preços de produção das mercadorias insumos à produção das mercadorias finais no sistema de determinação de preços relativos por ele desenvolvido, ou seja, o sistema de preços de produção.

Sraffa toma esta questão como uma tarefa necessária para fechar o sistema analítico de Marx. De seu ponto de vista, o contexto de discussão da teoria econômica do século XX (pós revolução marginalista e portanto diante do abismo de compreensão aberto entre os economistas da época e os clássicos) exigia a apresentação de um sistema alternativo completo de explicação do funcionamento do capitalismo. Sraffa entendia que Marx tinha desenvolvido isto a partir de uma abordagem crítica do pensamento clássico, legando um sistema de análise do capitalismo que revelava as relações sociais de produção em sua complexa e dialética relação com o desenvolvimento das forças produtivas e com os elementos superestruturais. Além disso, Sraffa não tinha a menor dúvida de onde estava do ponto de vista político⁶ e tomou esta tarefa para si, a fim de realizar o que define no subtítulo de sua única grande obra autoral “um prelúdio a crítica da teoria econômica”. É com este objetivo que Sraffa se propõe a fazer um ajuste nas equações da teoria dos preços de produção de Marx, medindo os capitais constante e variável em preço de produção.

IV - A Transformação dos valores em preços de produção e suas questões

No capítulo IX do Livro terceiro de *O Capital*, intitulado *Formação de uma taxa geral de lucro (taxa média de lucro) e a transformação dos valores das mercadorias em preços de produção*, Marx se preocupa em desenvolver os argumentos analíticos que levam para dentro do sistema de preços de produção a noção de concorrência já tão debatida no livro, especialmente no capítulo sobre a lei geral de acumulação. Este argumento enlaça duas questões: o processo de uniformização das taxas de lucro entre os capitais e a explicação da relação entre o sistema de valores, amplamente desenvolvidos nos livros primeiro e segundo, e o sistema de preços de produção.

⁵A referência à produção de aço e cereal no meio do trecho apresentado acima tem haver com um exemplo dado por Garegnani, onde a produção de aço possui uma geração menor de mais valia do que a produção de cereal, devido à diferença entre as respectivas composições orgânicas, mantendo a suposição de igual taxa de mais valia para ambos os setores. Como o setor de cereal emprega mais trabalho que o de aço, por ser mais intensivo em mão de obra, a tendência competitiva gera uma redistribuição da mais valia afim de determinar a taxa de lucro média que determinaria o preço de produção do cereal e do aço.

⁶ Sobre a trajetória política de Sraffa ver Potier (1991), Faustini (1998) e Malta (2012)

Sraffa enfrenta este capítulo a fim de chegar a uma forma menos aproximada da relação entre os dois sistemas, pois percebe na leitura do capítulo que o próprio autor, Marx, alerta inúmeras vezes para as aproximações feitas em seu raciocínio. Sraffa, como Marx, estava convencido da relação entre os referidos sistemas, no entanto queria prová-la sem aproximações. Desta forma, Sraffa se coloca o problema afirmando que as aproximações que Marx é obrigado a fazer se relacionam com a mensuração do capital constante e do capital variável em termos de valor na formulação dos preços de produção e isso (e apenas isso, precisava ser resolvido). Vejamos a equação apresentada por Marx para a determinação do preço de produção de uma mercadoria qualquer:

$$P = (C + V) * (1 + r); \text{ onde:}$$

P= preço de produção

C = capital constante

V = capital variável

r = taxa de lucro média.

A determinação da taxa de lucro média em Marx é dada pela relação do total da mais-valia produzida dividida pelo total de capital constante e variável de toda a economia:

$$r = S / (C + V)$$

Sabe-se que as categorias capital constante, capital variável e mais-valia pertencem ao sistema de valores, sendo medidas em valor. Desta forma também a relação que determina a taxa de lucro é uma relação entre valores. Isto transforma o sistema de preços de produção em um sistema em que algumas variáveis não estão definidas em termos de preços, portanto não estão carregando a taxa de lucro uniformizada pela concorrência como referência de construção.

Sraffa percebe que a solução apontada por Marx é a solução para o problema de Ricardo, já indicado anteriormente, no entanto, seu objetivo era explicar o processo de redistribuição da mais-valia global para a determinação dos preços de produção. Em Marx, o preço de produção se diferencia do valor devido as diferentes composições orgânicas de cada ramo de produção representar distintas proporções de trabalho abstrato socialmente necessário, mas principalmente, pela tendência competitiva que faz uniformizar as diferentes taxas de lucro em uma taxa de lucro média, que por sua vez, entraria no cálculo do preço de produção. Como já dissemos, o que motiva esta formulação de Marx é o desejo de representar como a concorrência faz operar a distribuição da mais-valia total, conduzindo a diferenciação do preço em relação ao valor, ainda que este último permaneça como sua referência. Desta forma, a determinação da taxa de lucro, elemento da distribuição, é a chave para a determinação dos preços de produção. De maneira consistente com

a percepção de que a distribuição, do ponto de vista dos trabalhadores (os salários), é determinada antes da determinação dos preços, propôs realizar um procedimento semelhante para a taxa de lucro, apesar de em bases muito diferentes. A solução proposta por Marx foi o cálculo da taxa de lucro em termos de valor antes do cálculo dos preços de produção.

Esta solução de Marx conduziu ao entendimento de que a validade da lei do valor estaria mantida ao nível agregado, pois a soma dos preços é a mesma da dos valores⁷, dado que, os lucros (determinados pela taxa de lucro média) de cada ramo de produção seriam resultado dessa distribuição da mais-valia total. A manutenção da lei do valor ao nível agregado segue a hipótese de que toda a mais-valia se transfigure em lucro do capitalista após o processo de redistribuição.

Sraffa indica que Marx ao determinar o preço de produção da forma que fez, sem medir o capital constante e o capital variável também em termos de preço, deixa incompleta a sua solução da problemática de Ricardo, no que tange à medida do valor e à determinação dos preços das mercadorias e empreende o que, de seu ponto de vista, é a tarefa de completá-la.

V - A tarefa da transformação e o *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*

O autor italiano de *Produção de Mercadoria por Meio de Mercadorias* não foi um escritor de muitas páginas, também não era um homem de tantas palavras e seu livro reflete esta objetividade como cientista e como ser humano⁸. Logo na primeira parte do livro as equações-preço encontradas exatamente com a incorporação proposta em relação aos desenvolvimentos de Marx executada, as equações já possuem as mercadorias que servem como capital constante mensuradas em preço, assim como o capital variável é medido por um compósito de mercadorias bens-salários⁹. Ao mesmo tempo utiliza o conceito de mercadoria como referência chave de todo seu livro preferindo esta à referência do pensamento dominante em sua época que era a de bens (goods). É fato que não discute o conceito, mas é aquele que usa. Desde o prefácio utiliza conceitos marxistas, por exemplo escreve sobre meios de produção, enquanto ao usar a palavra fatores, típica da formulação marginalista, a coloca entres aspas. No entanto, o autor pretende que o conjunto de proposições que apresenta “embora não entrem numa discussão da teoria marginalista do valor e da distribuição, tem sido destinadas para servir de base a uma crítica de tal teoria”(Sraffa, 1960, p.156), e a fim de empreender tal esforço acaba por marcar sua linguagem com um forte mistura entre termos clássicos, marxistas e da teoria marginalista dominante.

⁷ Para uma apreciação dessa abordagem ver o Teoria do Desenvolvimento Capitalista de Paul Sweezy, e seu capítulo referente ao problema da transformação.

⁸ Para sentir a atmosfera das relações de Sraffa ler Sen (2003)

⁹ Os salários (o preço do capital variável), supostos iguais ao valor da força de trabalho são exógenos, dados pelas condições materiais de “subsistência” histórico-socialmente determinadas.

No que se refere ao esforço de formulação de um sistema de preços de produção quando precise de uma anterior determinação vinda do sistema de valores, apresenta um sistema de equações simultâneas e ao fazer isso, a determinação da taxa de lucro ocorre **simultaneamente** com a determinação dos preços relativos. Ao determinar os preços de produção dessa forma, Sraffa mostra que, como Marx, as mercadorias são trocadas pelos preços de produção, mas acaba com a necessidade de se determinar a taxa de lucro média (que equalizaria a distribuição da mais valia entre os ramos de produção, não gerando mais transferência de capital entre os ramos de produção) de maneira antecedente¹⁰.

Um exemplo simples da implicação da observação de Sraffa pode ser vista pensando um sistema de preços em uma economia com apenas duas mercadorias sendo cada uma delas representando respectivamente capital constante e capital variável. As duas equações-preço das duas mercadorias *a* e *b* com: 1) composições orgânicas distintas; 2) capital constante e variável medidos em preço de produção, e 3) uma mercadoria entrando na produção da outra como capital constante, e esta outra entrando na produção da primeira como capital variável, possuem apenas uma variável desconhecida. O preço relativo. As equações abaixo representam de forma simplificada as equações-preço de Sraffa, onde a mercadoria *a* compõe o capital variável de sua própria produção, e que entra na produção de *b*. A mercadoria *b* entra como capital constante na sua própria produção e na da mercadoria *a* também. A mercadoria *a* é o capital variável e a mercadoria *b* o capital constante:

$$Pa = (CaPb + VaPa) (1 + r)$$

$$Pb = (CbPb + VbPa) (1 + r)$$

Ca = Capital constante aplicado na produção da mercadoria *a*.

Va = Capital variável aplicado na produção da mercadoria *a*.

Pa = Preço de produção da mercadoria *a*.

Cb = Capital Constante aplicado na produção da mercadoria *b*.

Vb = Capital variável aplicado na produção da mercadoria *b*.

Pb = Preço de produção da mercadoria *b*.

¹⁰ No entanto, a solução sraffiana não necessita dos valores para se alcançar os preços. Essa solução gerou um imenso debate acerca da validade da teoria do valor trabalho, como uma teoria que sirva de base para a determinação dos preços, gerando percalços inclusive na ideia apresentada por Marx de que a origem do lucro se encontra na geração de trabalho excedente por parte da classe trabalhadora no processo de produção. Isto se deve ao fato da solução sraffiana não necessitar de nenhuma transformação. Isto não significa, no entanto, que Sraffa não estava ciente da base em valor em que um preço está sujeito. Esta base é o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, conforme argumentado no capítulo 6 de sua obra, cujo o preço das mercadorias é determinado pelo método de redução a trabalho datado. Este debate será tratado na seção sobre a Interpretação Sraffiana da teoria do valor trabalho de Marx.

Neste sistema há 2 equações e três incógnitas (os dois preços e a taxa de lucro), no entanto se tomarmos como um preço único o preço relativo P_b/P_a , temos um sistema com duas equações e duas incógnitas, portanto capaz de determinar simultaneamente a taxa de lucro e os preços de produção das mercadorias. Esta medida aparentemente simples de utilizar o preço relativo P_b/P_a tem uma implicação analítica fundamental, pois ela significa decidir medir todo o sistema em termos da mercadoria cujo preço será a referência (neste exemplo a mercadoria a) e a escolha desta mercadoria pode trazer questões fundamentais para a determinação correta só sistema e sua representação da realidade capitalista. É como esta preocupação que vários seguidores de Sraffa apontam problemas no uso da força de trabalho como medida de valor. Do ponto de vista de vários sraffianos tomar a mercadoria força de trabalho como medida de valor carrega para o sistema problema de sua dependência da distribuição, na medida em que variações no valor da força de trabalho implicarão em variações em direções diferentes dos diversos preços, por todos as mercadorias, possuem força de trabalho em sua composição, no entanto em proporções diferentes. É neste contexto que encontramos a afirmação de Garegnani (1980) de que a redistribuição da mais-valia entre os setores não é explicação suficiente para solucionar a determinação da taxa de lucro e dos preços de produção em sua conexão com o sistema de valores. Em suas palavras:

“...o tamanho da mais-valia social muda em relação ao capital, à medida que ela é distribuída. Esta mais-valia é um preço de produção (isto é, o do produto excedente, e não pode senão mudar em relação ao capital social, se os preços relativos divergem das correspondentes razões de trabalho incorporado; a taxa de lucros é um valor relativo do produto social em termos do capital social) e não pode ser igual à razão entre as quantidades de trabalho incorporado nos dois agregados [capital total e excedente total]¹¹, a menos que as mercadorias, em geral, se troquem de acordo com o trabalho incorporado” (GAREGNANI, 1980, p.16).

Desta maneira, o problema trazido pela solução de Marx mais uma vez se relaciona com a questão da distribuição, pois quando os preços relativos divergem dos valores, a taxa de lucro diverge da taxa de mais valia também. Diante disso, Sraffa iniciou a busca de uma mercadoria que pudesse servir como medida do valor sem as consequências supracitadas. É com esta observação importante de Garegnani, que se argumenta que é a mercadoria padrão o desenvolvimento teórico capaz de dar conta deste problema.

VI - O caminho para a mercadoria-padrão e as pegadas marxistas

¹¹ Colchetes inseridos pelos autores.

Partindo-se da relação entre o problema da medida do valor, e a explicação de Marx para a razão dos desvios dos preços em relação aos valores, a obra de Sraffa realiza o movimento teórico de resgate da teoria do valor trabalho, garantindo que o elemento político da distribuição do excedente no capitalismo, junto a uma solução do problema analítico do valor reforcem as bases da crítica a economia política. Destaca-se ainda que, de um modo geral, o trabalho de Sraffa “mostrou que uma teoria objetiva do valor é perfeitamente possível e se pode, a partir dela, construir uma visão coerente – embora complexa – do movimento dos grandes agregados econômicos e das leis que o regem” (SINGER, 1997, p.8).

O conteúdo presente nas primeiras páginas do “*Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias*” consiste numa abstração que busca relacionar as diferenças ocasionadas nas relações de troca, expressadas pelos preços, entre uma produção autossuficiente e outra com geração de excedente. Num primeiro momento, vê-se que as relações de troca de ambas as produções são estabelecidas por coeficientes técnicos relativos à distribuição das mercadorias que compõem o processo de produção de cada mercadoria. Assim, na produção de subsistência, como as relações de troca são capazes de reestabelecer a distribuição original das mercadorias sem a geração do excedente, os métodos de produção são os únicos determinantes das relações de troca. A partir do momento em que aparece o excedente, a distribuição do mesmo passa a ter como condição uma relação de disputa entre as classes. Tal disputa, por sua vez, passa a servir de base para a determinação da relação de emprego dos meios de produção e da força de trabalho, e consequentemente dos preços relativos. E isto é o que faz com que na produção excedentária os preços relativos sejam estabelecidos para além das condições técnicas, mas também pela luta de classes na apropriação do excedente.

Além disso, acrescenta-se que é a partir do momento em que a produção de subsistência é considerada como uma produção de vários produtos, é que se necessita de uma mercadoria que sirva de medida do valor. Seu preço é igualdo a 1 e os preços dos outros produtos é determinado diretamente pelas condições técnicas de produção de cada ramo produtor. Até este ponto, o que Sraffa realiza é a determinação dos preços relativos sem a exposição do excedente e da base objetiva que serve de medida para a variação dos valores.

O segundo movimento, encontrado no capítulo 2, em que o excedente é produzido para além da produção que repõe as condições iniciais, é o de explicitar a relação dos preços relativos com o surgimento do excedente¹². Tal relação é expressa pelo efeito sobre estes preços que a distribuição do excedente sob uma determinada taxa de lucro gera. Isto é captado tendo como parâmetro as relações de troca da produção de subsistência. No esquema analítico das equações-

¹² Contudo, ressalta-se que a explicitação da origem do excedente não faz parte do objetivo deste capítulo, mas sim, do capítulo 6 da mesma obra. Em tal parte Sraffa procura mostrar a substância do valor, e sua relação com a medida do valor.

preço de cada indústria, Sraffa destaca que, ao se produzir tendo em vista a geração do excedente, do ponto de vista analítico, incorre-se na problemática ricardiana do valor. Indicando, apenas por este único ponto de vista, a solução da determinação dos preços relativos numa produção com excedente:

“A dificuldade não pode ser superada com a separação do excedente antes que os preços sejam determinados, como se faz com a reposição de matérias-primas, bens de subsistência etc. Isto acontece porque o excedente (ou lucro) deve ser distribuído em proporção aos meios de produção (ou capital) adiantados em cada indústria, e tal proporção entre dois agregados de bens heterogêneos (em outras palavras, a taxa de lucro) não pode ser determinada antes que conheçamos os preços das mercadorias. Por outro lado, não podemos acatar a separação do excedente até que conheçamos os preços, porque, como veremos, os preços não podem ser determinados antes de se conhecer a taxa de lucro. O resultado é que a distribuição do excedente deve ser determinada através do mesmo mecanismo e ao mesmo tempo em que se determinam os preços das mercadorias” (SRAFFA, 1987, [1960], p.27).

Supondo que a taxa de lucro incidente nas várias indústrias seja a mesma, a determinação das relações de troca é agora, capaz de repor as mercadorias que servem como meios de produção e remunerar cada indústria com uma mesma taxa de lucro, a partir do excedente gerado pelas mesmas. O efeito sobre os preços relativos de uma produção com excedente é o seu aumento, visto que, a distribuição desse excedente aparece como rendimento do lado da demanda e custo do lado da oferta. Fica assim compreendida a elevação que o excedente gera aos preços. Contudo, vê-se que estes preços expressados pelas condições de reposição e remuneração, nada mais são do que senão, os preços de produção de Marx. O que Sraffa faz questão de ressaltar é que para se conseguir determinar logicamente os preços relativos e a taxa de lucro dada a existência do excedente, assim como pretendia Marx, se fazia incondicional, do ponto de vista analítico, a determinação dessas variáveis de maneira **simultânea**. Outro efeito acarretado com a produção do excedente é a possibilidade de geração de mercadorias de “luxo”. Ou seja, produtos que não entram na produção de outros produtos (produtos não básicos). Consequentemente, tal bem não afeta as relações de troca, dado que não se configura como meio de produção de outros produtos. Assim sendo, Sraffa classifica os produtos como básicos e como não-básicos, destacando a possibilidade de haver produtos básicos que entram na produção de produtos não básicos. O critério para a classificação é a entrada direta ou indireta de umas mercadorias na produção de outras.

O passo seguinte de Sraffa é a substituição das quantidades de mercadorias de subsistência pelas quantidades de força de trabalho empregada nas diferentes indústrias. Considerando apenas o trabalho abstrato, o autor completa suas equações-preço:

$$(AaPa + BaPb + \dots + KaPk) (1 + r) + Law = APa$$

$$(AbPa + BbPb + \dots + KbPk) (1 + r) + Lbw = BPb$$

.....

$$(AkPa + BkPb + \dots + KkPk) (1 + r) + Lkw = KPk$$

Onde:

Aa = Quantidade da mercadoria A empregada na produção de a.

Ba = Quantidade da mercadoria B empregada na produção de a.

Ka = Quantidade da mercadoria K empregada na produção da mercadoria a.

La = Quantidade de força de trabalho empregada diretamente na produção de a.

Ab = Quantidade da mercadoria A empregada na produção de b.

Bb = Quantidade da mercadoria B empregada na produção de b.

Kb = Quantidade da mercadoria K empregada na produção de b.

Lb = Quantidade de força de trabalho empregada diretamente na produção de b.

(...)

Ak = Quantidade da mercadoria A empregada na produção de k.

Bk = Quantidade da mercadoria B empregada na produção de k.

Kk = Quantidade da mercadoria K empregada na produção de k.

Lk = Quantidade de força de trabalho empregada diretamente na produção de k.

Pa = Preço da mercadoria a.

Pb = Preço da mercadoria b.

Pk = Preço da mercadoria k

w = taxa de salário.

r = taxa de lucro.

De modo geral, as equações-preço representam os preços das k mercadorias. O sistema de equações possui $k + 1$ incógnitas (os K preços e a taxa de lucro, supondo os salários determinados da forma marxista, ou mesmo da forma clássica). Para a solução do sistema se necessita de k incógnitas, ou seja, o mesmo número de equações e incógnitas.

Cada equação representa a produção de uma mercadoria de uma dada indústria, em que mercadorias entram na produção de outras mercadorias. A quantidade de trabalho de cada ramo é multiplicada pelo salário (w). Se o salário não fosse determinado fora do sistema, portanto pudesse ser considerado também uma incógnita enfrentaríamos a questão que Sraffa indica a seguir. Ao adicionar o salário como incógnita a ser determinada junto dos preços relativos e da taxa de lucro,

será necessário igualar o total líquido da produção de cada mercadoria (a renda nacional) a unidade, para evidenciar que o sistema passa a possuir uma incógnita a mais em relação ao número de equações-preço. Desta forma, colocando de maneira analítica, Sraffa destaca a necessidade de determinação externa do salário ou da taxa de lucro para a solução do sistema. Isto permite perceber que não é um elemento técnico inerente as condições tecnológicas da produção que explica e determina o quanto do excedente irá para o salário, e o quanto irá para o lucro, mas sim um elemento externo. Este, por sua vez, se trata da própria luta de classes. Ao fazer isso, o autor inicia o seu movimento revela mais uma influência teórica de Marx, cujo feito foi para além de mostrar a relação inversa entre salário e lucro, como já posto por Ricardo.

Ao mesmo tempo, Sraffa busca mostrar que são as condições sociais médias de produção as capazes de delimitar uma taxa máxima de lucro, de maneira que, esta taxa máxima determina o limite da disputa entre capitalistas e trabalhadores na absorção do excedente, mas não define esta disputa. A indústria que determina esta taxa é a mesma em que a proporção capital/trabalho é igual em todas as etapas de produção. A taxa de lucro desta indústria é a mesma taxa de lucro dada em valores das equações-preço de Marx, determinada anteriormente, que faz cessar a distribuição da mais valia entre os ramos de produção e é incidente no cálculo dos preços de produção. A evidência da base nos textos de Marx sobre a distribuição do excedente está no Apêndice D do *“Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias...”*, designado como “Referências à literatura”. Lá está escrito:

“A noção de uma taxa máxima de lucro, correspondente a um salário zero, foi sugerida por Marx diretamente, através de uma alusão incidental à possibilidade de uma queda da taxa de lucro “mesmo se os trabalhadores pudessem viver do ar”; mas, mais geralmente, devido a sua decidida rejeição à pretensão de Adam Smith, e de outros depois dele, segundo a qual o preço de toda a mercadoria se resolvia inteiramente (isto é, sem deixar resíduo algum de mercadoria) “seja imediata, seja ultimamente”, em salário, lucro e renda; pretensão que pressuponha necessariamente a existência de mercadorias “últimas”, produzidas por puro trabalho sem meios de produção, exceto terra, e que era, portanto, incompatível com um limite fixo à elevação na taxa de lucro.” (SRAFFA, 1997, [1960], p.120).

O capítulo 3, intitulado *Proporções entre trabalho e os meios de produção*, é a parte do texto de Sraffa que se relaciona com a explicação dada por Marx para os desvios dos preços de produção em relação aos valores. Como já explorado, são as diferentes composições orgânicas das indústrias que explicam tais desvios. Contudo, o objetivo do autor neste capítulo é apreender o efeito que uma variação no salário causa sobre a taxa de lucro, e os “preços das mercadorias

individuais na suposição de que os métodos de produção permaneçam inalterados” (SRAFFA, 1997, [1960], p.33). Ou seja, Sraffa está interessado em observar a relação de causa e efeito entre a distribuição do excedente em salário e lucro (lado do rendimento) e os preços. A suposição de que os métodos de produção não se alteram é fundamental para perceber a relação de determinação da distribuição do produto líquido com os preços, pela via da distribuição entre capital e trabalho. Caso a suposição não seja feita se estaria analisando o efeito de uma mudança tecnológica sobre os preços relativos. É sob o objetivo deste capítulo, que o autor consegue oferecer a explicação do que **condiciona** os preços relativos, as condições técnicas de produção, e o que, em última instância, **os afeta**, a distribuição da renda líquida entre salários e lucros. É partindo da análise do efeito das variações na distribuição do excedente sobre os preços que Sraffa consegue retomar a teoria dos preços de produção de Marx, inicialmente, mantendo a medida em quantidades de trabalho.

A investigação de Sraffa sobre a distribuição se orienta pela pergunta: “O que aconteceria, então, ao surgir a classe capitalista e o produto líquido da economia passar a ser compartilhado entre os trabalhadores e eles?” (MEEK, 1971, [1967], p.211). Para responder tal questão, o italiano usa como método a atribuição de diferentes valores que vão de 0 a 1 aos salários. O salário 1 significa que todo o produto líquido (excedente) destina-se a remuneração do trabalho, e não há capitalistas por conseguinte. O único custo para a produção é o salário. Com o total destinado aos salários, “os valores relativos das mercadorias são proporcionais a seus custos em trabalho, isto é, à quantidade de trabalho que foi usada, direta ou indiretamente, para produzi-lás” (SRAFFA, 1997, [1960] p.33). Esta é a forma pela qual o autor expõe a relação entre as mudanças na distribuição do excedente, e as alterações nos preços relativos. Mantendo a sua suposição inicial de não alteração dos métodos de produção, Sraffa atribui a “chave do movimento dos preços relativos que segue a uma variação no salário” a mesma da de Marx, a “desigualdade das proporções em que trabalho e os meios de produção são empregados nas distintas indústrias”. Neste sentido, pode-se dizer que, o que para Sraffa e Marx **fornece o sentido da variação** dos preços relativos, quando ocorre uma variação de salários ou lucros, são as condições técnicas de produção. Contudo, é a distribuição da renda líquida entre lucro e salário, que altera, em última instância os preços relativos, supondo a manutenção das condições técnicas de produção. A esfera pela qual a distribuição do excedente é determinada é a política. É a luta de classes, na sua ótica econômica no capitalismo, o espaço no qual a distribuição do excedente é estabelecida, que leva a possíveis alterações dos preços relativos, devidos os rendimentos dados pela distribuição do excedente.

Se o movimento dos preços depende da proporção de emprego dos meios de produção e de trabalho, e supondo preços fixos e uma redução salarial (o que, conseqüentemente, faz surgir uma taxa de lucro que remunera os meios de produção), Sraffa diz:

“Visto que, em qualquer indústria, a poupança derivada da redução salarial dependeria do número de homens empregados, enquanto que o necessário para pagar lucros a uma taxa uniforme dependeria do valor total dos meios de produção utilizados, as indústrias com uma proporção suficientemente baixa de trabalho em relação aos meios de produção teriam um déficit, enquanto que as indústrias com uma proporção suficientemente alta teriam um excedente sobre seus pagamentos por salários e lucros” (SRAFFA, 1997, [1960], p.34).

Assim sendo, indústrias com relação capital/trabalho baixa possuem um excedente para além do pagamento “médio” em salários e lucros. Ou seja, em indústrias cujo emprego de trabalho é proporcionalmente maior, ocorre a geração de excedente capaz de remunerar os meios de produção e o capital variável, para além das condições médias de remuneração. Uma remuneração de salário e lucro abaixo dessa “média” é ocorrida nas indústrias com uma relação capital/trabalho maior. Tais remunerações que possuem como condicionantes as diferentes proporções capital/trabalho, são as que determinam os preços das mercadorias de cada indústria. Até este ponto, Sraffa aponta a relação da distribuição pela estrutura da oferta (relação capital/trabalho) com a remuneração dos capitais constante e variável. São as diferentes composições orgânicas que possibilitam a geração de um superávit ou déficit de excedente (salário ou lucro) em relação ao excedente dada pela composição orgânica média, não havendo um parâmetro técnico que defina o quanto do excedente irá para o salário e o quanto irá para o lucro.

O que chama atenção é a total convergência com a teoria de Marx acerca dos desvios dos preços em relação aos valores. Para o alemão os ramos de produção com maior emprego de trabalho produzem uma maior quantidade de mais valia capaz de remunerar os capitais constantes para além do valor. Isto é alcançado graças ao preço maior que o valor. Daí, portanto, a necessidade de se redistribuir a mais-valia para que os preços de produção estabelecidos remunerem os meios de produção com a mesma taxa de lucro: a taxa de lucro média. Tais preços são os que fariam a distribuição da mais-valia cessar entre os ramos de produção, cujos capitais em concorrência por uma maior remuneração atingiriam todos, a mesma proporção de excedente em relação aos meios de produção. O que Sraffa explica a seguir é justamente o processo de redistribuição dessa mais-valia ocasionado pela redução do salário:

“...com uma redução salarial seriam necessárias variações nos preços para restabelecer o equilíbrio em cada uma das indústrias com “déficit” e em cada uma das indústrias com “excedente”.

Para alcançar este objetivo espera-se que, em primeiro lugar, entre em jogo a relação de preços entre cada produto e seus meios de produção.

Consideremos a situação de uma indústria com “déficit”, quando o salário é reduzido. Uma elevação no preço do produto em relação aos meios de produção ajudaria a eliminar o “déficit”, visto que liberaria uma parte da cota do produto bruto da indústria que estava sendo destruída para financiar a reposição dos meios de produção agora mais baratos; e assim se incrementaria a quantidade disponível para ser distribuída como salários ou lucros. A alta do preço levaria, por si mesma, a um incremento na magnitude (e não simplesmente no valor) daquela parte do produto da indústria que fica disponível para ser distribuída, apesar do fato de os métodos de produção terem permanecido invariáveis.

Outro efeito da elevação do preço do produto em relação aos meios de produção consistiria, naturalmente, em ajudar a que uma dada quantidade do produto tenda a alcançar a taxa de lucro requerida”. (SRAFFA, 1997, [1960], p.35)

Nas palavras do autor italiano se encontra todo o referencial de explicação da variação dos preços em relação aos valores, assentada na redistribuição da mais valia a fim de alcançar a taxa de lucro média. Porém, Sraffa vai além e mostra como a partir dessa conclusão se pode alcançar um resultado importante, no sentido de se ter uma maior dimensão de todo o processo produtivo:

“Não se conclui disto, entretanto, que o preço do produto de uma indústria com uma baixa proporção entre trabalho e meios de produção (e, por conseguinte, com um déficit potencial) se elevaria necessariamente, com uma redução salarial, em relação a seus próprios meios de produção. Pelo contrário, é possível que desça. A razão desta contradição aparente é que os meios de produção de uma indústria são, em si mesmos, produto de uma ou mais indústrias, que podem empregar, por sua vez, uma proporção ainda mais baixa entre trabalho e meios de produção (e o mesmo pode ocorrer com estes últimos meios de produção, e assim sucessivamente); em tal caso, o preço do produto, embora produzido por uma indústria com “déficit”, poderia baixar em termos de seus meios de produção, e seu déficit teria que ser coberto mediante uma elevação particularmente forte em relação ao trabalho” (SRAFFA, 1997, [1960], p.35)

Com esta contribuição Sraffa ressalta um importante aspecto da teoria marxista dos preços de produção. Aspecto este que se trata de uma consequência da explicação empreendida por Marx e acompanhada por Sraffa (penúltima transcrição), mas que também, tem a ver diretamente com o problema de não se determinar os preços dos meios de produção (o problema da transformação). A partir do momento em que se verifica as relações capital/trabalho (ou

composições orgânicas) em cada indústria inserida em cada etapa da produção de uma determinada mercadoria, vê-se que tais relações são diferentes, devida a tecnologia utilizada, e assim sendo, é a combinação dessas diferentes composições orgânicas que dão o resultado acerca do sentido da variação do preço e da taxa de lucro ao se realizar uma variação do salário. Apesar de se ter a relação inversa entre a taxa de lucro e os salários, são as condições técnicas de produção), as determinantes do sentido do movimento do preço que reestabeleceria a distribuição do excedente para todos os ramos produtivos a mesma taxa.

Ao introduzir as composições orgânicas das indústrias produtoras de mercadorias que entram na produção de outras indústrias, a relação de preço entre elas fica como questão. Ao trazer este elemento fundamental, Sraffa nos ajuda a pensar que uma solução do problema da transformação que reestabeleça a teoria dos preços de produção de Marx, passa necessariamente por uma solução do problema da medida do valor, haja visto, a relação da composição orgânica com a medida do valor. Isto porque, o autor consegue trazer, a partir da explicação de Marx acerca do movimento de concorrência no reestabelecimento das condições de produção, através de mudanças nos preços relativos e da taxa de lucro média quando há variação no salário, o elemento da relação de troca das mercadorias que entram na produção de outras mercadorias (o preço dos meios de produção). Isto é feito mantendo-se a ideia de que existem indústrias “deficitárias” e “superavitárias” em relação a um determinado nível “médio” de distribuição do excedente que possui uma taxa de lucro igual para todos os setores da produção. Taxa de lucro esta, que promove igual rendimento dos capitais, cessa o processo concorrencial, e entra no cálculo dos preços de produção das mercadorias que entram na produção das demais.

A necessidade de uma mercadoria produzida por uma indústria que reflita as condições de produção, cuja taxa de lucro seja a taxa de lucro média, ou seja, aquela taxa capaz de cessar a distribuição da mais-valia e reestabelecer os “preços de equilíbrio”¹³, surge como medida do valor possível a partir do momento em que as composições orgânicas das indústrias que compõem essa mercadoria obedecem a uma relação uniforme. Desta forma, esta mercadoria deverá possuir em todas as indústrias de composição, as condições distributivas que fazem com que uma alteração do salário, e do lucro conseqüentemente, seja compensada, de modo que, o valor e o preço desta mercadoria sejam sempre iguais. Uma indústria onde variações na distribuição do excedente não altere o preço de sua mercadoria porque suas composições orgânicas se compensam. Esta é a propriedade da mercadoria-padrão. Nas palavras de Sraffa, o que esta mercadoria faz é “manter seu preço estável em relação a seus meios de produção, qualquer que seja a amplitude, longa ou curta, da variação salarial” (SRAFFA, 1997, [1960], p.36).

¹³ A palavra equilíbrio é usada aqui num sentido puramente didático. O tal “preço de equilíbrio” é aquele em que estabeleceria uma distribuição do capital e da mais valia global de modo a não mais permitir troca entre os produtos e o capital.

O fato de Sraffa trazer a condição distributiva que permite a identificação do movimento dos preços para as mercadorias que entram no processo de produção de outras mercadorias, o permite oferecer com esta “mercadoria padrão” uma solução ao problema das mercadorias que entram como capital constante e variável nas equações-preço de Marx estarem medidas em valor. Com isso, o autor oferece uma solução ao problema da transformação que é ao mesmo tempo uma solução ao problema da medida do valor. A solução se caracterizaria pela “condição equilibradora” que a indústria de “proporção crítica” permite em termos de emprego de iguais proporções entre trabalho e meios de produção. Sraffa descreve a propriedade de servir de medida invariável do valor da “mercadoria padrão”:

“A mercadoria produzida por tal indústria não experimentaria a necessidade resultante das condições de produção da própria indústria, de aumentar ou diminuir em valor com relação a qualquer outra mercadoria quando os salários se elevassem ou descessem; porque, como vimos, tal necessidade apenas pode derivar-se de um déficit ou de um excedente potencial, e uma indústria que opere nas condições descritas estará ipso facto em equilíbrio. Uma mercadoria deste tipo seria incapaz, em qualquer caso, de variar em valor com relação ao total de seus próprios meios de produção, visto que a recorrência da mesma “proporção” se aplicaria igualmente a estes” (SRAFFA, 1997, [1960], p.37).

E apresenta as duas condições “para alcançar este resultado”: “1) que se utilize a proporção equilibradora e 2) que a mesma proporção *se repita* sem limite nos sucessivos estratos dos meios de produção totais da indústria”. (SRAFFA, 1997, [1960], p. 37).

Sraffa conclui o capítulo 3, com uma das mais evidentes explicitações de sua relação com a teoria de Marx, principalmente no que se refere à distribuição. A taxa de lucro da indústria de “proporção crítica” recorrente em todos os segmentos da produção seria a taxa de lucro média que na teoria dos preços de produção de Marx exerceria o papel de paralisar a distribuição da mais valia e dos capitais entre os setores da produção. Os consequentes preços de produção de cada mercadoria seriam desviados de seus respectivos valores, devido as diferentes proporções entre capital e trabalho empregados. Contudo, Sraffa aponta a condição necessária para que esta taxa de lucro média incida sobre todos os ramos de produção, de maneira a se determinar os preços de produção “equilibradores” do sistema:

“Enquanto a taxa de lucro é uniforme em todas as indústrias e depende apenas do salário, a razão-valor entre o produto líquido e os meios de produção é, em geral, diferente em cada indústria e depende principalmente de suas circunstâncias particulares de produção.

Quando fazemos o salário igualar a zero e a totalidade do produto líquido ir para os lucros, a razão-valor entre o produto líquido e os meios de produção em cada indústria coincidem necessariamente com a taxa geral de lucro. Por mais diferente que possam ser entre si e outros níveis de salários, neste nível as ‘razões-valor’ de todas as indústrias são iguais.

Daqui se conclui que a única ‘razão-valor’ que pode não variar ante mudanças no salário, e que é, portanto, capaz de ser ‘recorrente’ [...], é aquela que é igual à taxa de lucro que corresponde ao salário zero. E essa é a razão ‘equilibradora’”. (SRAFFA, 1997, [1960], p.37).

É a partir dessa conclusão que se pode compreender o que Sraffa disse no Apêndice D de sua obra em relação à teoria de Marx ter-lhe proporcionado a descoberta do limite máximo de expansão da taxa de lucro. A taxa de lucro média de Marx que estabelece as “condições de equilíbrio” dos capitais entre os ramos de produção através dos preços de produção é a que Sraffa destaca como sendo a que permite a total apropriação do excedente pela classe capitalista. Ou seja, o salário de todos os trabalhadores sendo iguais aos respectivos valores das forças de trabalho é a condição necessária para o “equilíbrio” do sistema capitalista. Desta maneira, se explicita o conflito-capital trabalho na apropriação do excedente, e seu consequente efeito sobre os preços. Qualquer variação dos salários no sentido de serem maiores do que os seus respectivos valores altera as condições técnicas de produção de modo que os preços relativos e a taxa de lucro se movem, sendo a última necessariamente menor. Isto conduz uma nova distribuição do capital e do trabalho entre os diferentes ramos de produção (indústrias nas palavras de Sraffa). Assim sendo, fica evidente a relação entre a taxa de lucro média de Marx, e a taxa de lucro máxima de Sraffa (esta dada pela indústria produtora da “mercadoria padrão”). Meek é o autor que explicita essa convergência, revelando uma conclusão fundamental para a teoria do valor trabalho de Marx, mantida por Sraffa e percebida pela relação entre a taxa de lucro média do autor alemão com a taxa de lucro máxima do autor italiano. Tal conclusão é a de que, em última instância, os “preços de equilíbrio”, mesmo no capitalismo, são determinados pelas quantidades de trabalho empregados na produção:

“Mas, até mesmo na economia capitalista, prossegue o argumento, pode-se demonstrar que os preços de equilíbrio são ‘indireta’ e ‘finalmente’ determinados por certas razões cruciais dos volumes totais de trabalho incorporados à mercadoria, aplicáveis a toda a economia. Isso porque os desvios das razões de preços das razões da mão-de-obra incorporada, dadas as proporções em que ela e os meios de produção se combinam em cada em cada indústria, dependem do nível da taxa média de lucro. Esta, por sua vez, depende das razões cruciais dos volumes de trabalho incorporados ao

produto, a que nos referimos acima. Destarte, se puder ser realmente demonstrado que a taxa média de lucro é determinada pelas razões de trabalho incorporado, podemos concluir logicamente que os próprios desvios das razões de equilíbrio dos preços, das razões de trabalho, são em si mesmos determinados pelos ‘volumes de trabalho incorporado’” (MEEK, 1971, [1967], p. 227).

Ao indicar que, no “agregado”, a taxa de lucro média expressa a quantidade de trabalho excedente em relação ao empregado nos meios de produção, Meek evidencia a relação importantíssima da formulação da teoria do valor trabalho de Marx, que essencialmente traz a baila a substância do valor no trabalho abstrato socialmente necessário, junto a explicação compartilhada por Sraffa e Marx acerca da distribuição do excedente e de sua respectiva relação com o movimento dos preços relativos:

“A similaridade entre essa relação marxista e a expressa na $r = R(1 - w)$ de Sraffa é realmente impressionante. Isso porque, em primeiro lugar, vale notar que o R de Sraffa, embora usualmente expressado como razão entre o valor do produto líquido da indústria ‘padrão’ e o valor dos seus meios de produção, é, de fato, igual a razão entre o trabalho incorporado no produto líquido da indústria ‘padrão’ e o trabalho incorporado nos seus meios de produção. Em outras palavras, Sraffa postula exatamente a mesma relação entre a taxa média de lucro e as condições de produção da indústria ‘padrão’ que Marx imaginou entre a taxa de lucro e as condições de produção da indústria de ‘composição média do capital’. Ambos os economistas procuraram demonstrar, realmente, que (quando se conhecem os salários) a taxa média de lucro e, por conseguinte, o modo como as razões de preço se desviam das entre trabalho direto e indireto na indústria cujas condições de produção representam uma espécie de ‘média’ daquelas que prevalecem em toda a economia. O resultado, no entanto, somente poderia ser provisório e aproximado porquanto, ao atingi-lo, ele havia abstraído o efeito que a alteração nos salários exerceria sobre os preços dos meios de produção empregados na indústria. Sraffa demonstrou que podemos conseguir idêntico resultado, sem ignorar absolutamente tal efeito, se usarmos a indústria ‘padrão’ em lugar da indústria de ‘composição orgânica média’ imaginada por Marx. A indústria ‘padrão’ de Sraffa, encarada desse ponto de vista, constitui essencialmente uma tentativa para definir as ‘condições médias de

produção' de modo que a alcançar os mesmos resultados visados por Marx” (MEEK, 1971, [1967], p.229).

Os argumentos apresentados por Meek colocam a mercadoria padrão com um desenvolvimento direto das concepções da teoria dos preços de produção de Marx, sendo que, no mais, destaca a convergência entre as teorias da distribuição de Marx e Sraffa, considerando a relação entre a substância do valor e a determinação dos “preços de equilíbrio”. Este ponto, nos revela, de maneira essencial, a retomada da teoria do valor trabalho de Marx enquanto uma teoria que serve para a determinação das relações de troca assentadas no valor, quanto ao entendimento do elemento essencial que compõe o valor. O trabalho abstrato socialmente necessário, sob o argumento empreendido por Meek, ganha na contribuição de Sraffa que ao resolver o problema da transformação, o fundamento explicativo último do valor. Assim como era estabelecido por Marx. Conclui-se, até este momento, que a retomada da teoria do valor trabalho em Sraffa, é capaz de resolver o problema da medida do valor (presente em Ricardo), o problema da transformação (presente em Marx), evidenciando o trabalho abstrato socialmente necessário como a substância do valor e, ao mesmo tempo, mostrando a possibilidade de determinação dos preços relativos e da taxa de lucro de maneira objetiva, tendo o valor trabalho como base. Além disso, também se conclui acerca da já explorada, relação entre as teorias da distribuição de Sraffa e de Marx.

Conclusão:

Buscou-se neste artigo mapear em *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias* os caminhos analíticos que fizeram vários autores afirmar as marcas marxistas no pensamento de Sraffa. A escolha da relação entre o sistema de valores e o sistema de preços de produção como referência a ser explorada se conecta com o próprio objeto do livro de Sraffa. Outras conexões poderiam ser traçadas, como as mencionadas e desenvolvidas em artigos de outros autores que compõem esta bibliografia. Apesar disso, optou-se por privilegiar o caminho que o autor italiano decidiu deixar impresso, organizando e permitindo a publicação, sem maiores explorações de sua atuação prática ou de suas notas não publicadas. Afinal Sraffa, cioso que era de sua privacidade e da acuidade do seu trabalho, provavelmente não gostaria nenhum pouco disso.

BIBLIOGRAFIA:

DOBB, Maurice.; **Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith**. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

FAUSTINI, Luciano (1998), **Inteletti in dialogo: Antonio Gramsci e Piero Sraffa**, Fondazione Guido Piccini- La Piccola Editrice, 1998.

GAREGNANI, P.; Sobre a Teoria do Valor e da Distribuição em Marx e nos Economistas Clássicos. In: Garegnani et al. **Progresso Técnico e Teoria Econômica**. Campinas: HUCITEC-UNICAMP, 1980.

_____; On a turning point in Sraffa's theoretical and interpretative position in the late 1920's. In: **European Journal of History of Economic Thought**, Vol. 12, nº3, pp.453-492, Setembro 2005.

GAREGNANI, P. & PETRI, F.; Marxismo e Teoria Econômica Hoje. In: HOSBAWN, E. (Org.). **História do Marxismo**, Vol.12. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GORENDER, J. Apresentação. in: Marx, K. **O Capital: crítica da Economia Política**, Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HUNT, E. K. ; **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

MALTA, Maria Mello de. ; **Um comunista italiano na Marshall Library: a propósito de Piero Sraffa**. Rio de Janeiro, ENEP, 2012.

MALTA, Maria Mello de. & CASTELO, Rodrigo. ; Marx e a História do Pensamento Econômico: Um debate sobre método e ideologia. In Ganem,Angela; Freitas, Fabio e Malta, Maria, **Economia e Filosofia**, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MARX, K. ; **O Capital: crítica a economia política**, Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. ; **Teorias da Mais Valia: história crítica do pensamento econômico**, v. II. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MEEK, Ronald L.; Sraffa e a Reabilitação da Economia Clássica. In: MEEK, Ronald L. **Economia e Ideologia: O Desenvolvimento do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1971.

POTIER, Jean-Pierre.; **Piero Sraffa – Unorthodox economist (1898-1983)**, Londres: Routledge, 1991.

RICARDO, D. ; **Princípios de Economia Política e Tributação**, Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya (2003), **Sraffa, Wittgenstein and Gramsci** in Journal of Economic Literature, Vol.41, nº 4, dezembro 2003, pp.1240-1255.

SERRANO, F. **Teoria do Valor de Marx: Excedente ou Transfiguração Crítica?**, Rio de Janeiro, *mimeo*, 2009.

SINGER, P. Apresentação. In: SRAFFA, P.; **Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias; Um Prelúdio a crítica da teoria econômica**, São Paulo: Nova Cultural, 1995.

SRAFFA, P. Introdução. In: RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**, Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SRAFFA, P.; **Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias: Um Prelúdio a crítica da teoria econômica**, São Paulo: Nova Cultural, 1995.

TEIXEIRA, A.; **Marx e a economia política: a crítica como conceito**. Econômica, v. 1, n.4, Dezembro 2000.

VIANELLO, F.; **Labor Theory of Value**. In: EATWEEL, J., MILGATE, M., NEWMAN, P. The New Palgrave Dictionary of Economics, London: Macmillan, 1987.